

TORCIDAS ORGANIZADAS E ESCOLAS DE SAMBA: LAZER E ORGANIZAÇÃO POPULAR NA ERA VARGAS¹

Renato Machado Saldanha²

Fábio Henrique França Rezende³

Sílvio Ricardo da Silva⁴

Resumo: A história da classe trabalhadora no Brasil não pode ser contada somente a partir de seus protestos, levantes, jornais, partidos, sindicatos e greves. O objetivo deste texto é resgatar e refletir sobre a história do surgimento de outras duas longevas formas de organização popular, forjadas pelo associativismo recreativo, e que muitas vezes são marginalizadas ou esquecidas: as torcidas de futebol e as escolas de samba. Por meio de uma análise comparativa, percebemos que as torcidas organizadas e as escolas de samba eram espaços possíveis de auto-organização e manifestação coletiva, onde se construíram redes de apoio e solidariedade, e pelos quais sujeitos negros, pobres e periféricos buscaram afirmar sua identidade e deixar a marca de sua existência na nossa cultura e sociedade.

Palavras-chave: Lazer; organização; futebol; samba.

Abstract: The history of the working class in Brazil cannot be told solely through its protests, uprisings, newspapers, parties, unions, and strikes. The purpose of this text is to rescue and reflect on the history of the emergence of two other long-standing forms of popular organization, forged through recreational association, and which are often marginalized or forgotten: football fan clubs and samba schools. Through a comparative analysis, we realize that Organized Fan Clubs and Samba Schools were possible spaces for self-organization and collective expression, where networks of support and solidarity were built, and through which black, poor and peripheral subjects sought to affirm their identity and leave their mark on our culture and society.

Keywords: Leisure; organization; football; samba.

¹ Artigo produzido com financiamento da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, Ministério do Esporte, Projeto Academia e Futebol.

² Professor da Universidade Federal de Pernambuco (CAV/UFPE). Doutorando no Programa Interdisciplinar em Estudos do Lazer, PPGIEL/UFMG. Pesquisador do Grupo de Estudos Futebol e Torcidas (GEFuT/UFMG) e Membro do CoRE (Coletivo de Reflexão em Educação Física/UFPE). Email:renatomsaldanha@gmail.com

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (PPGIEL/UFMG); Bolsista de Mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Pesquisador do Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (GEFuT) e do Grupo de Estudos em Sociologia e Pedagogia do Esporte e do Lazer Email: fabiohrezende94@gmail.com

⁴ Professor Titular da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional Coordenador do Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas – GEFuT. E-mail: prof.srs@gmail.com

Introdução

A história da classe trabalhadora no Brasil não pode ser contada somente a partir de seus protestos, levantes, jornais, partidos, sindicatos e greves. E. P. Thompson (2012) aponta que um erro comum, principalmente entre pensadores e historiadores ligados a um marxismo vulgar, economicista, é procurar sempre nas relações estritamente econômicas as motivações e explicações últimas de toda mobilização e agitação social.

Estes geralmente se esqueceram da ofensa primeira do capitalismo, a de cotar todas as relações em termos exclusivamente econômicos. Com efeito, muitos dos maiores movimentos populares dos séculos XIX e XX só podem ser entendidos como uma demanda dos explorados por uma humanidade (seja seus direitos em lei, como homens e mulheres “livres”, como cidadãos, seja seus direitos de voto e de associação, ou seus direitos à independência nacional, seja ainda sua condição e auto-estima no trabalho) que perpassa os limites de qualquer definição econômica menos abrangente (p. 258).

Ao procurar por aqui, e muitas vezes, não encontrar, o mesmo padrão de organização e luta de países do capitalismo central, estes historiadores acabam por ignorar a existência de outras formas de mobilização e participação popular, não diretamente ligadas ao mundo do trabalho. Desta forma, negam agência política aos trabalhadores brasileiros, contribuindo (conscientemente, ou não) para uma representação destes como imaturos, alienados, submissos e passivos. Esse olhar historiográfico eurocêntrico teria ainda consequências especialmente deletérias ao reconhecimento do legado de organização e luta dos trabalhadores negros, pobres e periféricos, que muitas vezes estavam à margem do mercado formal de trabalho e dos canais oficiais da política institucional (NASCIMENTO, 2016).

Luiz Antônio Simas (2016 e 2020) nos lembra que o contraponto das injustiças e violências que formaram a sociedade brasileira é o surgimento de uma “cultura da fresta”, onde explorados, oprimidos e excluídos reconstruíram suas vidas, suas identidades, ora resistindo, ora se adaptando, ora se esquivando, ora negociando com as normas e padrões que lhe eram impostas. Um exemplo disso, são as sociedades recreativas e dançantes, que se

multiplicaram no Rio de Janeiro no alvorecer do século XX, e que são analisadas por Leonardo Affonso de Miranda Pereira (2013 e 2017) e Nei Jorge Santos Júnior (2020). Para estes autores, longe de serem espaços somente de distração e perdição, os clubes serviam como um canal de auto-organização popular, importantes pontos de apoio para a construção de redes de solidariedade e pertencimento entre as classes subalternizadas, e uma forma de representação desses grupos na esfera pública. Antônio de Pádua Bosi (2004) encontra uma tendência semelhante entre os trabalhadores ex-escravizados, em Uberabinha (Minas Gerais):

Na redefinição de seu estatuto jurídico nas relações sociais de produção, os ex-escravos preferiam permanecer juntos, demonstrando algum tipo de desconfiança face à reorganização do mercado de trabalho no Brasil. Até a década de 1920, tendiam mais a produzir uma identidade baseada na experiência comum da escravidão e soldada por práticas coletivas que fundavam algum tipo de sociabilidade sob o signo da negação do cativo (como a Congada, por exemplo) do que algum tipo de identidade de classe ancorada na exploração comum do trabalho (p. 130).

O objetivo deste texto é resgatar e refletir sobre a história do surgimento de outras duas longevas formas de organização popular, forjadas pelo associativismo recreativo, e que muitas vezes são marginalizadas ou esquecidas: as torcidas de futebol e as escolas de samba. Acreditamos que a análise e comparação entre as trajetórias desses dois modelos de organizações, que entre outras características, compartilham o mesmo contexto histórico de surgimento, as décadas de 1930 e 1940, podem nos dar indícios importantes sobre o comportamento político das classes subalternizadas do período, ou seja, sobre o modo como tais sujeitos buscavam se reunir, conquistar espaço na esfera pública para suas práticas, e se relacionar com as autoridades. █

O Contexto

A crise do capitalismo internacional, em 1929, fez despencar o preço do café no mercado e expôs a fragilidade do modelo econômico nacional, muito dependente da exportação do grão. Fragilizada, a oligarquia cafeeira de São

Paulo até consegue eleger seu candidato à presidência, Júlio Prestes, mas logo é apeada do poder pela Revolução de 1930, marco histórico do fim da chamada Primeira República (1889-1930). Sob o novo governo, algumas tendências sociais, políticas, econômicas e culturais que vinham sendo gestadas desde a década anterior, mas que muitas vezes eram contidas deliberadamente pelas políticas do Estado, se consolidaram: como o deslocamento do eixo da vida societária do campo para a cidade, a maior participação de setores médios urbanos no jogo político, e a busca pela modernização da economia a partir da industrialização.

Getúlio Vargas, que passaria a presidir o Brasil, primeiro de modo provisório (de 1930 a 1934), depois eleito indiretamente pelo parlamento (entre 1934 e 1937), e por fim como um ditador (entre 1937 e 1945), buscava se afastar do velho liberalismo, sem abrir espaço ao comunismo. Seu projeto era conduzir o país para um “capitalismo administrado”, onde o Estado centralizador e intervencionista protagonizaria as relações entre as classes, como um “árbitro imparcial” que se erguia sobre os campos opostos, implementando uma agenda econômica “nacional-desenvolvimentista”. A opção pelo abandono dos rituais da democracia liberal, e pela implementação de uma ditadura, que se encarregasse de afastar o “perigo vermelho” do comunismo e conduzisse com mão de ferro a reestruturação da economia nacional no período do entreguerras, era uma tendência mundial, principalmente após a crise econômica iniciada em 1929.

Tomando-se o mundo como um todo, havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920 (dependendo de onde situamos algumas repúblicas latino-americanas). Até 1938, havia talvez dezessete desses Estados, em 1944 talvez doze, de um total global de 65. A tendência mundial parecia clara (HOBSBAWM, 1995. p. 115).

Combinando meios autoritários e uma retórica de valorização do trabalho, Getúlio Vargas cumpriu esse papel no Brasil. Seu projeto de harmonia entre as classes passava pelo reconhecimento dos direitos básicos dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que exigia destes a aceitação de um lugar subalterno e tutelado na sociedade. No âmbito sindical, por exemplo, buscou

suprimir as organizações operárias combativas e autônomas, impondo em seu lugar um modelo oficial, limitado pelo princípio da unicidade (um único sindicato para cada categoria profissional), tutelado política e financeiramente pelo recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e definido pela legislação como órgão de colaboração e cooperação com o Estado. Em um primeiro momento, a estratégia predominante para emplacar essa mudança foi a do convencimento, com a concessão de direitos e benefícios aos trabalhadores e trabalhadoras dos sindicatos que aceitassem o enquadramento. Buscava-se, assim, seduzir a base dos sindicatos existentes, criando uma pressão interna sobre sua direção. Posteriormente, com a promulgação da Lei de Segurança Nacional (em 1935), sob o pretexto de reprimir a “Intentona Comunista”, passou-se a praticar mais frequentemente a repressão aberta, com a perseguição das lideranças que ainda resistiam ao enquadramento, seguida por sua demissão, prisão, ou até mesmo eliminação física (BATISTELLA, 2015).

Portanto, para forjar uma burocracia sindical dócil, vinculada ao Estado, e dedicada a manter as reivindicações trabalhistas dentro dos estreitos limites permitidos, o governo lançava mão tanto da coerção, quanto de estratégias de convencimento e cooptação. A sinalização de uma “inclusão subordinada”, que reconhecia direitos em troca da submissão ao controle oficial, procurava construir o consenso garantidor de uma sociedade harmoniosa e pacífica (CAMPINHO, 2006)⁵.

No campo da cultura, esse projeto centralizador se traduziria na busca por uma definição da identidade nacional. Enquanto o discurso nacionalista ganhava força no mundo capitalista, na esteira da Grande Depressão econômica, e do temor da burguesia ao socialismo internacional, no Brasil ainda era baixa a adesão a um sentimento de pertença à pátria. O federalismo da Primeira República favoreceu a regionalismos e ideias divisionistas. Por outro lado, as políticas de incentivo à imigração da Primeira República haviam trazido

⁵ Aqui, faz-se necessária uma ressalva. Nem mesmo entre os sindicatos que aderiram a esse modelo oficial a submissão era completa. Mesmo com toda dificuldade de atuação, algumas direções sindicais ainda tentavam angariar conquistas materiais para suas categorias, muitas vezes mobilizando a seu favor a própria retórica de valorização do trabalho e do trabalhador promovida pelos dirigentes do país (MATOS, 2009).

para cá muitos europeus, que ainda mantinham suas referências de identidade e seus afetos pátrios direcionados para seus países de origem. Além deles, negros e povos indígenas viviam às margens da cidadania, e precisavam ser “assimilados”. A invenção (ou “descoberta”) de uma “brasilidade”, que se sobrepujasse aos particularismos e contribuísse para a unidade e coesão do país, passou a ser vista como uma questão de segurança nacional (MARANHÃO, 2006).

A estratégia adotada neste sentido conjugava dois movimentos: por um lado, ergueu-se um aparato de vigilância e censura, responsável por “filtrar” as produções artísticas indesejadas. Por outro, procurou-se fomentar pesquisas e produções alinhadas com os interesses do governo. Frente ao Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, de 1934 a 1945, Gustavo Capanema atraiu para dentro da estrutura estatal diversos intelectuais e artistas da época, inclusive grandes nomes do modernismo, também interessados nesse processo de “descobrimento da cultura brasileira”. Embora existissem alguns interesses em comum, essa relação tinha lá suas tensões:

O que importava ao Ministério não era a busca das raízes mais populares do povo, no sentido do que propunha Mário de Andrade, mas antes uma seleção dessas raízes que permitissem colaborar na criação de uma cultura oficial e de uma identidade capaz de construir a base mítica do Estado (ARAÚJO e BARBOSA, 2016. p. 89).

Como o regime buscava legitimação através não só da coerção, mas também pela construção de consensos, a cultura passou a ser entendida como um instrumento importante de organização política e disseminação ideológica. A definição e fomento da identidade nacional adquiriria, portanto, um papel estratégico no projeto varguista de construção de uma nação harmônica, integrada politicamente e unificada socialmente. Porém, diferentemente das ideias elitistas e eugenistas de antes, que apostavam na “depuração” da raça no Brasil (o que significava o desaparecimento do negro e do indígena), ganhava força nesse período formulações que valorizavam a cultura popular como produto de uma síntese superior, realizada pelo elemento europeu, indígena e africano em nosso país. É bem verdade que esse discurso buscava ocultar toda

violência que permeou a relação entre os diferentes povos na formação do Brasil, mas a miscigenação, que até então era vista como um entrave a nosso desenvolvimento, sinônimo de degenerescência da sociedade, aparecia a partir de então como símbolo de modernidade, nossa melhor qualidade.

Nesse processo de busca pela identidade brasileira, duas práticas culturais relativamente recentes foram alçadas a símbolos nacionais. Se até o início dos anos 1920, as manifestações identificadas como “tipicamente brasileiras” estavam ligadas ao “sertão”, ao “rural”, e ao “pré-industrial” (entendidas como sinônimo de pureza, de autenticidade) (FENERICK, 2002), nos anos 1930 duas práticas “modernas” e “urbanas” passaram a representar o país: o futebol e o samba.

O futebol na Era Vargas e o surgimento das primeiras torcidas:

Trazido ao país por uma elite com acesso às últimas novidades culturais europeias, o futebol chega por aqui no final do século XIX, como prática de distinção de classe, mecanismo que buscava reestabelecer hierarquias e distanciamentos sociais que vinham sendo reduzidos com a abolição da escravidão, a Proclamação da República e o processo de urbanização. Porém, apesar de todas as tentativas contrárias, acabaria repetindo no Brasil a mesma trajetória da Inglaterra, sendo apropriado paulatinamente pelas classes populares e ganhando novos espaços, adeptos e significados. Essa transformação começou ainda nas primeiras décadas do século XX, tanto nos campos quanto nas arquibancadas, seguindo roteiro semelhante no Rio de Janeiro (PEREIRA, 2000; SANTOS JÚNIOR e MELO, 2013), São Paulo (NEGREIROS, 2010), Belo Horizonte (ALVES, SILVA, SOUZA NETO e MAYOR, 2014), Porto Alegre (ANJOS, 2007), Salvador (ROCHA JÚNIOR e SANTO, 2011), e Goiás (DIAS, 2013).

De eventos assistidos inicialmente por curiosidade e com certo distanciamento por *sportmen* e *sportwomen*, mais empenhados em evidenciar sua posição social e sua adesão a um estilo de vida “*smart*”, elegante e civilizado, as partidas aos poucos passaram a ser acompanhadas por um público mais

engajado, que se vinculava identitariamente a um dos lados da disputa e reagia passionalmente aos acontecimentos em campo. Era a passagem paulatina da “assistência” para a “torcida” (SOUZA NETO, 2010). Esse crescimento e engajamento do público tornavam as arquibancadas mais diversas e representativas da sociedade brasileira, permitindo-as expressar cada vez mais suas desigualdades, contradições e conflitos.

No início dos anos 1930, por exemplo, o futebol expressaria um processo social e cultural mais amplo, de mudança de perspectiva sobre a formação étnica brasileira. Em 1932, após derrotar os uruguaios, então campeões do mundo, no Estádio Centenário em Montevideu, e conquistar a Copa Rio Branco, a seleção brasileira foi recebida com grande festa popular no Rio de Janeiro. Entre os jogadores mais festejados estavam dois negros – Leônidas da Silva, autor dos dois gols brasileiros na vitória por 2 a 1, e Domingos da Guia – que certamente sequer seriam convocados em tempos anteriores, de seleções exclusivamente brancas.⁶

Ao chegar ao Rio de Janeiro poucos dias depois, a delegação brasileira era “apoteoticamente” recebida pelo público carioca. Dirigindo-se ao centro da cidade para prestar homenagens aos campeões, que desfilaram pela avenida Rio Branco em carro aberto, dezenas de milhares de pessoas patrocinavam “a mais imponente e impressionante recepção que já se dispensou a uma embaixada sportiva”. Domingos e Leônidas, carregados pela multidão no momento do desembarque, eram os mais festejados. Ovacionados com “verdadeiro entusiasmo” pelos torcedores que espremiavam-se em torno da avenida, em uma manifestação que “tanto teve de imponente como de espontânea”, eles atraíam para si a maior parte das atenções e do delírio da torcida. Reconhecidos como legítimos representantes do Brasil, eram saudados com os outros jogadores pelo próprio chefe do governo provisório, Getúlio Vargas – que, durante a passagem da delegação em frente ao palácio do Catete, se conservou na sacada do palácio cumprimentando os campeões até o final do cortejo (PEREIRA, 2000. p. 324).

6 O Presidente da República Epitácio Pessoa teria condicionado a ajuda financeira estatal à delegação que disputaria o Campeonato Sul-Americano de 1921 à não convocação de jogadores negros ou mulatos, por considerar que a composição multirracial da seleção brasileira não combinava com a imagem que se desejava passar do País no exterior. A mesma condição voltaria a ser imposta em 1925, pelo então Presidente Arthur Bernardes, às vésperas de outra edição do Sul-Americano.

Toda essa comoção popular indicava o poder de mobilização e representação que o futebol tinha adquirido em nossa sociedade, principalmente entre as camadas populares urbanas. A seleção brasileira se tornava cada vez mais uma “embaixada sportiva”, formada por “legítimos representantes do Brasil”, e as vitórias em campo eram interpretadas como glórias de toda a nação. Getúlio Vargas estava atento a isso e, seguindo a mesma lógica centralizadora adotada em outras esferas da vida pública, buscou impor o seu jugo também sobre o esporte.

As disputas e cisões do campo esportivo, dividido naquele momento entre os defensores do amadorismo e do profissionalismo, enfraqueceram as representações nacionais na Copa do Mundo de 1934 e nos Jogos Olímpicos de 1936, e contribuíram para que houvesse um clima favorável, na mídia e entre os torcedores, à intervenção estatal na organização esportiva nacional. A eleição de Luiz Aranha (irmão mais novo de Oswaldo Aranha, expoente político gaúcho, que ocuparia diversos cargos de destaque no Governo Vargas) para a presidência da CBD, ainda em 1936, marcava finalmente a submissão da entidade aos interesses do governo. O dirigente assumiria com a tarefa de pacificar o campo esportivo, centralizando todo o comando sob suas mãos (SARMENTO, 2013; SOUZA, 2008)

O processo de submissão dos esportes à agenda oficial se consolidou com o Decreto-Lei nº 3.199, de abril de 1941, que criou, no Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão centralizador, ao qual todas as entidades esportivas do País passariam a estar subordinadas. O CND tinha como atribuição vigiar; estimular e organizar os desportos no país. Inspirada na organização imposta por Mussolini ao esporte italiano, a legislação permitiria um maior controle sobre as atividades esportivas, não com a finalidade de promovê-las, mas sim vigiá-las, subordiná-las aos interesses do governo. Se antes, durante a Primeira República, predominava um olhar liberal sobre o esporte, considerado como assunto privado, durante o Governo Vargas o esporte tornou-se oficialmente um assunto de Estado (SOUZA, 2009)

Há de se destacar que a instrumentalização do esporte para fins políticos não era uma exclusividade do governo brasileiro naquele momento. No entreguerras (1918-1939), o aumento das tensões internacionais entre os países, e da popularidade do esporte, em relação estreita com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, contribuíram para que o esporte fosse utilizado largamente por governos e outras forças como ferramenta de propaganda e mobilização (ver, por exemplo, Serapiglia, 2019; García-Martí, 2016; Nathaus, 2010; Steinberg, 1978; Gounot, 2001; e Pujadas e Santacana, 1992).

É nesse período que surgem nas arquibancadas brasileiras as primeiras formas coletivas e organizadas de torcer. Não que manifestações coletivas, ou até mesmo associações de torcedores e torcedoras, inexistissem antes disso. Desde o início da prática por aqui, já se podia ouvir brados coletivos vindos das arquibancadas, como “Vivas”, “Hurras” e “Allez, go, ack” (ou “aleguá-guá”, como seria popularizado). Brigas e confusões também eram comuns, mesmo antes do torcer coletivo. Em 1933, após uma derrota por 8 a 0 para o Palestra Itália, corintianos descontentes teriam tentado invadir e incendiar a sede social do clube, em episódio que acabou ocasionando a demissão da diretoria encabeçada por Alfredo Schurig. No mesmo período, torcedores do São Paulo da Floresta se mobilizaram em passeatas, protestos e ações judiciais para impedir o fechamento do departamento de futebol do clube, que se fundia com o Clube Tietê. Sem sucesso nessa empreitada, os torcedores se reuniram para fundar o São Paulo Futebol Clube, em 1935 (CANALE, 2020). Mas nada disso se refletia em uma atuação coletiva coordenada e permanente nas arquibancadas.

A inauguração de estádios como o Estádio de São Januário, em 1927, do Pacaembu, em 1940, e do Maracanã, em 1950, bem como reformas ou construções de estádios de futebol em outras capitais, como o Estádio dos Eucaliptos (Porto Alegre), o Estádio Durival de Britto (Curitiba), a Ilha do Retiro (Recife), a Fonte Nova (Salvador), o Estádio Leônidas Sodré de Castro - Curuzu (Belém) e o Independência (Belo Horizonte), marcaram um novo momento do futebol brasileiro, que se tornava definitivamente um espetáculo

grandioso, capaz de atrair e abrigar grandes públicos. A arquitetura ampliada das novas praças trazia uma nova dinâmica nas arquibancadas, e novos desafios para os promotores do evento, exigindo outra abordagem por parte de dirigentes, autoridades policiais e imprensa. O tempo da glamourização do público do futebol ficava definitivamente para trás. A ampliação e diversificação do público era ao mesmo tempo uma necessidade econômica, já que a bilheteria era a principal fonte de renda dos clubes, que precisavam fazer frente aos custos da profissionalização dos jogadores, e motivo de preocupação, provocada pela percepção do potencial explosivo dessas aglomerações.

Com o intuito de criar mais um atrativo para o espetáculo, além de estimular a presença festiva e ordeira do público, jornais e rádios, principalmente o *Jornal dos Sports*, no Rio de Janeiro, e a *Gazeta Esportiva*, em São Paulo, passaram a promover competições, inspiradas em concursos carnavalescos, que premiavam a melhor torcida de acordo com critérios como disciplina, animação e criatividade. É da preparação necessária para a participação nesses concursos que surgem as primeiras “torcidas organizadas” ou “uniformizadas” nesses Estados.

Primeira experiência brasileira de coletivização e organização do ato de torcer, esses agrupamentos são responsáveis por introduzir nas arquibancadas as charangas (pequenas orquestras de instrumentos de sopro e percussão, e com repertório popular, que se dedicavam a animar as arquibancadas), faixas, bandeiras, e o hábito de vestir camisas padronizadas, com as cores dos clubes. À frente dessas torcidas, não havia uma estrutura formalizada, mas sim “torcedores símbolos”, ou “chefes de torcida”, figuras carismáticas que eram destacadas da massa por encarnar valores como comprometimento, assiduidade e abnegação, se tornando uma espécie de “reserva moral” de amor ao clube, em um momento onde a relação entre clubes e jogadores se tornava mais profissional. Bernardo de Hollanda (2009) lista as primeiras torcidas deste tipo no Rio de Janeiro e seus respectivos líderes:

O exemplo mais notório de agremiação torcedora foi a Charanga do Flamengo, criada em 1942 por Jaime de Carvalho. Depois desta, seria fundada em 1944 a Torcida Organizada do Vasco

(TOV), por Aida de Almeida e um grupo de amigas que nos anos de 1950 passariam o comando a Dulce Rosalina; em 1946 surgiria a Torcida Organizada do Fluminense (TOF), por Paulista, que chefiava os tricolores desde 1939; em 1952, foi criada a Torcida Organizada do Bangu, liderada por Juarez; e, em 1957, a Torcida Organizada do Botafogo (TOB) era assumida por Tarzan, que substituíra Salvador Peixoto, veterano torcedor alvinegro da década de 1940 (HOLLANDA, 2009. p. 108).

Em São Paulo, Vitor Canale (2020) indica a existência, nos anos 1940, de agrupamentos desse tipo, como a Torcida Uniformizada do São Paulo, liderada por Manoel Raymundo Paes de Almeida, a Torcida Uniformizada do Corinthians, liderada por Francisco Picicchi, e a Torcida Uniformizada do Palmeiras, e a participação delas em eventos cívicos promovidos no Estado. Essas torcidas, porém, diferentemente das torcidas cariocas, eram compostas por sujeitos da classe média paulistana, muitas vezes sócios dos clubes. Ainda assim, foram outros sujeitos que ganharam notoriedade social, como “torcedores-símbolos”, por suas histórias de vida ou por suas práticas nas arquibancadas que representavam, como ninguém, a torcida de seus clubes.

(...) a são-paulina Filhinha, cujo time do coração era beneficiário de seu seguro de vida; a corintiana Elisa, fanática, negra, pobre e empregada doméstica; o bugrino Beizola, presidente da escola de samba Estrela Dalva, negro e pai de onze filhos; e as torcedoras Donana e Conceição, que rivalizavam para provar quem amava mais a Ponte Preta, são apenas alguns exemplos de torcedores que amalharam, com seu fanatismo e histórias de vida, capitais sociais que os tiraram do anonimato das arquibancadas (CANALE, 2020, p. 25).

No Rio Grande do Sul, Francisco Rodrigues (2012) cita a existência de torcedores símbolos do Grêmio e do Internacional de Porto Alegre, nas décadas de 1930 a 1950. Salim Nigri, torcedor gremista, era branco, alto, judeu, descendente de italianos, e funcionário da biblioteca do clube. Em 1946, Salim foi o responsável por pintar e levar ao Fortim da Baixada a faixa com a frase “Com o Grêmio onde estiver o Grêmio”, que logo seria adaptada por Lupicínio Rodrigues e transformada em parte do hino gremista. Já a metade colorada do Estado teria como torcedor símbolo Charuto, um torcedor negro, pobre, analfabeto, ébrio e bonachão. Charuto frequentou assiduamente o Estádio dos Eucaliptos dos anos 1930 até sua morte, em 1952, e era conhecido por seus

discursos inflamados e gritos de apoio ao Internacional. Entretanto, para além desses sujeitos, a festa nas arquibancadas gaúchas contava com apoio institucional dos clubes. César Silva (2021) destaca o Departamento de Cooperação e Propaganda do Inter, criado em 1940, com clara inspiração no Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas, e liderado por Vicente Rao, ex-atleta do clube e conhecido folião do carnaval porto-alegrense (Rei Momo por mais de 20 anos, participante de blocos como a Banda Filarmônica do Faxinal e Tira o Dedo do Pudim). Esse órgão tinha como atribuição organizar a festa da torcida colorada, com faixas, bandeiras, confetes, serpentinas, fogos de artifício e banda musical. No rival Grêmio, apesar de uma resistência inicial, já que esse modo de torcer mais efusivo era visto como coisa do “outro” (DAMO, 2002), a iniciativa seria também adotada, com a criação, em 1942, do Departamento Pela Pujança do Grêmio, logo rebatizado de Departamento do Torcedor Gremista (DUARTE, 2012). Nesse caso, a tarefa de organizar a agitação da torcida, embora oficialmente recaísse sobre Francisco Maineri, na prática era exercida mesmo por Salim Nigri. Lucas Horn e Janice Mazo (2009), relatam, ainda, a criação em 1946 de um Departamento de Torcida no Grêmio Esportivo Renner, de Porto Alegre, com a atribuição de criar uma “torcida organizada e disciplinada”, que apoiaria a equipe orientada pelo lema de cordialidade esportiva, educação e ordem.

No Estado do Ceará, segundo Caio Lucas Pinheiro (2020), destacaram-se Gumercindo (Fortaleza Esporte Clube), Pedão da Bananada (Ceará Sporting Club) e Zé Limeira (Ferroviário Atlético Clube), como torcedores referência para seus clubes, responsáveis por centralizar a organização da charanga, uniformizar seus integrantes, e representar a torcida frente aos meios de comunicação, dirigentes e autoridades policiais, nas décadas de 1950 a 1970. Em Pernambuco, as primeiras referências na imprensa local sobre a presença no estádio de uma torcida organizada do Santa Cruz são de 1951, mas é a partir de 1956 que, sob o comando de Anísio Campelo, elas se tornam mais frequentes.

Em que pese algumas peculiaridades locais, diferenças temporais, ou particularidades de cada torcida, é possível abrigar todas essas experiências em

um conjunto comum, como torcidas oficiais, normatizadoras (embora “carnavalizadas”), lideradas por “chefes de torcida”, responsáveis por aprontar e reger a festa na arquibancada dentro de determinados parâmetros, que envolvia alguma cordialidade com os adversários, restrições a comportamentos tidos como violentos ou desrespeitosos, e o apoio incondicional à equipe. Cumpriam, portanto, um duplo papel: contribuía para tornar o espetáculo mais belo, mais atrativo (com gritos de guerras, bandeiras, faixas e orquestras musicais), e também, mais ordeiro, controlado e disciplinado. Jaime de Carvalho, por exemplo, coibia fogos e palavrões. Com seu megafone, ditava ordens como “não queimem papéis”, “não atirem garrafas”, “vamos aplaudir o nosso time”, “nada de fogos” (HOLLANDA, 2012). Não por acaso, os principais “chefes” de torcidas mantinham estreitas relações com dirigentes, mídia e forças policiais. Caio Lucas Pinheiro (op. cit) destaca a semelhança entre a estrutura vertical dessas torcidas e as relações autoritárias que predominavam na política nacional.

Através de decretos-lei, o Presidente Vargas nomeia chefes de estado e chefes de política nos diferentes territórios do país e estas medidas incidiram nos espaços do futebol, tendo em vista a emergência de uma nova forma de representação da identidade do torcedor com o clube: o chefe de torcida. Às vezes nomeado como comandante ou embaixador, a designação chefe reproduzia o imaginário autoritário dos aparelhos de dominação do Estado e, simultaneamente, produzia a figura do torcedor assíduo, símbolo, autêntico e compromissado, tornando-se referência na festividade a partir de uma função mediadora entre as novas massas frequentadoras do estádio e os agentes de segurança (PINHEIRO, 2020. p. 104).

O processo de incorporação dos torcedores e torcedoras ao espetáculo esportivo guardava semelhanças com aquele que buscava incorporar as camadas subalternas urbanas no jogo político nacional (FRANCO JÚNIOR, 2007). Se, por um lado, elas representavam a conquista do espaço pelas classes populares, a aceitação de seu modo festivo de acompanhar os jogos, e até mesmo um canal para reconhecimento social de alguns de seus membros mais proeminentes. Por outro, essa inclusão era negociada, tinha restrições e exigia contrapartidas. Um olhar sobre o alvorecer das escolas de samba indica um processo semelhante.

As escolas de samba

No início do século XX, o carnaval do Rio de Janeiro se dividia entre o Grande Carnaval e o Pequeno Carnaval. O primeiro reunia as festividades da elite, os bailes, corsos e desfiles das grandes sociedades, que ocupavam salões e espaços nobres da cidade, como a Avenida Central e a Beira-Mar, com desfiles de luxuosos e imponentes carros alegóricos, que simbolicamente reforçavam hierarquias e desigualdades sociais. Já o popular Pequeno Carnaval se dividia em três manifestações principais: os cordões, blocos e ranchos. Os cordões eram grupos de mascarados, tidos como anárquicos e violentos, que se apresentavam ao som de batuques e canções de versos curtos. Já os ranchos se originaram do pastoril, folguedo natalino comum no nordeste do país, e apresentavam um desfile mais teatral e refinado, no qual apresentavam um enredo, cantavam músicas melodiosas em ritmo suave, acompanhadas de instrumentos de sopros e cordas, com fantasias e estandartes mais elaborados. Os blocos ficavam no meio do caminho entre as duas manifestações, e desfilavam ao som de um samba maxixado, que se formava na época (DINIZ, 2008; TURANO e FERREIRA, 2013; OLIOZI, LOPES e FERNANDES, 2021). Renata Gonçalves (2007) aponta uma tentativa de moralização do carnaval, com um processo gradual de ordenação e regulação dos grupos, principalmente a partir da segunda década do século XX. Cordões e blocos, bem como manifestações avulsas, conhecidas como “sujos”, eram constantemente reprimidas, enquanto os ranchos passariam a ser valorizados, pela imprensa e pelo poder público, como modelo de organização e moralidade, e instrumento civilizador das massas.

Porém, a mudança nos significados atribuídos à mestiçagem na nossa formação social também teve desdobramentos importantes sobre essa festa popular. Se antes o projeto era embranquecer o país, agora as raízes africanas nos festejos carnavalescos nacionais passam a ser exaltadas como símbolo de originalidade, modernidade e brasilidade (OLIOZI, LOPES, FERNANDES, 2021). Pelos jornais, a intelectualidade deixava evidente sua aspiração por uma manifestação que expressasse “verdadeiramente” a cultura popular nacional, e

sua “essência” inocente, pura, negra e tradicional. Os grupos existentes não atendiam a esse desejo, seja porque haviam se tornado excessivamente “aristocráticos” e distantes daquilo que se esperava da cultura popular (no caso dos ranchos), seja porque não eram vistos como “confiáveis” (no caso dos blocos e cordões). As escolas de samba surgem justamente nessa lacuna, reivindicando para si o papel de legítimas representantes da tradição da cultura negra.

Tal como já era costume entre os ranchos desde a primeira década do século XX, em 1932 o *Jornal Mundo Esportivo*, por iniciativa de Mário Filho, promove o primeiro concurso de Escolas de Samba no carnaval do Rio de Janeiro⁷. No início, não havia grande interesse nas alegorias e fantasias ou nos enredos trazidos por essas agremiações. O que importava mesmo era celebrar o novo ritmo musical que traziam, o “samba moderno”, que se espalhava pela cidade e nos próximos anos viria a ser consagrado como ritmo nacional e um dos símbolos de nossa identidade.

Os concursos seguintes, durante a década de 1930, incorporaram aos poucos algumas preocupações estéticas, e definiram em seus regulamentos o que seriam as escolas de samba e como seriam seus desfiles, determinando que tipo de instrumentos elas usariam (instrumentos de sopro e corda não eram permitidos), quais alegorias ou recursos poderiam ser utilizados (standartes, carros alegóricos, animais e fogos de artifícios foram proibidos), e até quais enredos poderiam ser abordados (a partir de 1938, em consonância com o momento político, tornou-se obrigatório temas nacionais, patrióticos) (TURANO, 2011; SIMAS e FABATO, 2015). Gabriel Turano e Felipe Ferreira (2013), analisam a trajetória da Escola de Samba Vizinha Faladeira, e apontam como algumas práticas e inovações propostas pelas escolas foram aceitas, incorporadas e incentivadas, enquanto outras foram caracterizadas como desvios, “desrespeito às tradições”, e sancionadas.

⁷ Nesse ano de estreia, apenas cinco escolas se apresentaram: Estação Primeira de Mangueira, Segunda Linha da Estácio, Vai como Pode (que mais tarde mudaria seu nome para Portela), Para o ano sai melhor e Unidos da Tijuca. Curiosamente, aquela que é a primeira agremiação a se intitular como “escola de samba”, a Deixa Falar, fundada em 1928 por Ismael Silva, Marçal, Bide e outros sambistas do bairro do Estácio, participou do desfile de ranchos em 1931 e 1932, optando por não participar do primeiro desfile de escolas de samba.

É a partir de resistências e incorporações às proposições da cultura institucionalizada que a cultura popular cria seus textos e práticas. É esse processo que fará surgirem os primeiros grupos de “samba de morro” no Rio de Janeiro, em resposta às lacunas abertas pela intelectualidade num espaço popular que não mais correspondia aos anseios de pureza e tradição da moderna elite intelectual. São essas negociações que ocorrerão nas diversas disputas entre as escolas de samba, ao mesmo tempo atores e objetos desses eventos, que assumirão formas e práticas inesperadas e, muitas vezes surpreendentes. São essas discussões, nem sempre tensas, nem sempre consensuais, que acabariam fazendo com que algumas escolas sobrevivessem e se tornassem verdadeiras glórias da cultura brasileira enquanto outras sucumbissem à sua própria ousadia. As histórias de ambas, entretanto, não são isoladas. O fracasso da Vizinha Faladeira está intrinsecamente ligado ao sucesso da Portela. Ao contrário da primeira, que se recusou a negociar suas inovações e luxo, a segunda se projetaria no imaginário carnavalesco a partir de sua capacidade de dialogar com diferentes interesses, reinterpretando os valores tradicionais e ressignificando suas ousadias como espaços de tradição. É exatamente essa capacidade de reinventar constantemente suas tradições adaptando-as aos interesses da intelectualidade sem perder de vista seus próprios objetivos que irá dar o tom das escolas de samba a partir de então (TURANO e FERREIRA, 2013. p. 88).

Ao mesmo tempo agente ativo e objeto desse processo, as escolas de samba se constituíam a partir de uma negociação constante, entre sambistas que buscavam aceitação social e benefício material, forças policiais que desejavam controlar e disciplinar os festejos populares, uma intelectualidade que ansiava por uma manifestação carnavalesca “essencialmente brasileira”, comerciantes e empresários do turismo que desejavam atrair mais visitantes para a cidade, e políticos que queriam angariar popularidade junto às classes menos abastadas. Luiz Antônio Simas e Fábio Fabato (2015), abordando os enredos dos primeiros anos, também destacam essa estratégia negociada, em que a escola, majoritariamente negra, aceitava contar em seu desfile a história oficial, sob a perspectiva do branco, em troca da liberdade de vivenciar suas práticas sem o peso da criminalização:

Para os componentes, as escolas eram espaços de convívio, projeções de anseios, construção e reconstrução de elos comunitários, elaboração de símbolos e maneiras de experimentar a vida. Para os homens do poder, as agremiações funcionavam como livros didáticos para uma população sem

livros didáticos, com precário contato com a cultura formal, escrita dentro de cânones ocidentais (SIMAS e FABATO, 2015. p. 21).

No mesmo sentido, Victor Solis (2021) destaca a trajetória de Paulo Benjamin de Oliveira, também conhecido como Paulo da Portela, sambista carioca que exemplifica bem a postura bilontra, negaceada, de negociação permanente, adotada por sujeitos das camadas populares.

Contudo, para além de suas melodias e poesias, Paulo pode ser pensado como o grande exemplo de agente definidor de um tipo de estratégia social que se tornou muito comum no meio do samba, ao usar de sua liderança construída entre os seus para procurar mudar a imagem negativa dos sambistas, criando a imagem de que estes deveriam tornar-se apresentáveis para as elites dominantes e circulando por entre alguns de seus espaços característicos. Foi um dos fundadores da escola de samba do bairro de Osvaldo Cruz, subúrbio da zona norte da cidade, a Portela, junto com Antônio Rufino dos Reis, Antônio Caetano, entre outros. Inicialmente chamada “Quem nos faz é o capricho” e, posteriormente, “Vai como pode”, a Escola teria a mudança definitiva de seu nome em 1934, por sugestão do delegado Dulcídio Gonçalves, por considerar o nome “chulo” e se negar a renovar a licença de funcionamento caso o nome permanecesse “Vai como pode”, por remeter à ideia de desordem e a um comportamento que contrariava os interesses dominantes de construção de uma nação moderna à imagem europeia. A mudança, apesar da argumentação contrária de Paulo, foi acatada, num fato marcante para a compreensão no dia a dia do processo de mediação entre os compositores populares e as autoridades públicas (SOLIS, 2021. p. 267).

Esse tipo de postura não aparenta ser uma exceção à regra. Em uma sociedade onde os canais oficiais de participação política, e de definição dos rumos da coletividade, permaneciam fechados para a maioria da população, sambistas buscavam conquistar aceitação social para si, suas práticas e organizações, pela linha da menor resistência, evitando ao máximo o confronto aberto com as autoridades instituídas. Assim como acontecia com as torcidas organizadas, a sobrevivência dessas organizações passava, muitas vezes, pela habilidade desses sujeitos em moverem-se pelas “frestas” do poder.

Considerações finais

Colin Barker (2014), aponta o equívoco que é analisarmos as formas de organização e luta existentes na sociedade em separado, como se houvesse um “movimento sindical” completamente apartado do “movimento negro”, do “movimento das mulheres”, ou do “movimento LGBT”. Esse raciocínio fatiado, segundo ele, só seria capaz de produzir diagnósticos parciais e incompletos. Seguindo a tradição marxista, que compreende a realidade social como uma totalidade, o autor defende que é preciso pensar sempre “o movimento como um todo”, considerando que há entre as diferentes formas de organização e expressão uma “ação recíproca”, de constantes trocas, aprendizados e “apropriações criativas” (ainda que isso não signifique homogeneidade entre elas). Ao compararmos os primeiros passos das torcidas organizadas, e das escolas de samba, percebemos a presença de certas características compartilhadas, que sugerem um diálogo entre elas, assim como apontado pelo autor.

Estas organizações surgem no contexto de um Brasil que se urbanizava, entre a década de 1930 e 1940, e procurava superar o modelo político da República Velha, dominado pelas oligarquias rurais, mas que ainda possuía grandes restrições à participação popular. Ambas se constituíram em um espaço “negociado”, entre o conquistado e o consentido, entre o permitido e o negado, e se utilizaram de uma tática bastante similar de negociação com o poder público, com a mídia e com a intelectualidade, que combinava certa deferência ao poder com uma resistência bilontra, para fugir da perseguição estatal e garantir certa aceitação e prestígio para seus membros e práticas. Mais do que uma simples coincidência, essas semelhanças indicam um padrão de comportamento político das camadas subalternizadas naquele período, uma forma de afirmação de sua presença na esfera pública.

Embora fossem sociedades recreativas, o que pode sugerir pouca seriedade, torcidas organizadas e escolas de samba foram, portanto, importantes instrumentos políticos da classe trabalhadora brasileira, que não podem ser ignoradas pela historiografia. Naquele momento, eram espaços

possíveis de auto-organização e manifestação coletiva, onde se construíram redes de apoio e solidariedade, e pelos quais sujeitos negros, pobres e periféricos buscaram afirmar sua identidade e deixar a marca de sua existência na nossa cultura e sociedade.

Referências:

ANJOS, José Luiz dos. Futebol no Sul: história da organização e resistência étnica. **Revista Pensar a Prática**. Goiânia, vol. 10, n. 1, p. 33-50, jan/jun, 2007.

ALVES, Rogério Othon Teixeira; SILVA, Silvio Ricardo da; SOUZA NETO, Georgino Jorge de; MAYOR, Sarah Teixeira Soutto. O Football Precipitando a Vida: Os Primeiros Anos do Esporte Bretão em Belo Horizonte (1904-1933). **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 17, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/628>. Acesso em: 27 dez. 2021.

ARAÚJO, Gabriel Frias e BARBOSA, Agnaldo de Souza. Cultura e identidade nacional nos anos Vargas: tensões e contradições de uma cultura oficial. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/5009>. Acesso em: 28 abr. 2022.

BARKER, Colin. “O movimento como um todo”: ondas e crises. **Revista Outubro**, n. 22, p. 5-34, 2º semestre de 2014.

BATISTELLA, Alessandro. A era Vargas e o movimento operário e sindical brasileiro (1930-1945). **Unoesc & Ciência**, ACHS Joaçaba, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan/jun, 2015.

BOSI, Antônio de Pádua. Ex-escravos, imigrantes e Estado na constituição da classe trabalhadora de Uberabinha, MG (1888-1915). **Revista de História Regional**, vol. 9, n. 1, p. 105-135, Verão, 2004.

CAMPINHO, Fábio. Sindicalismo de Estado: Controle e repressão na Era Vargas (1930-1935). **Revista Eletrônica do CEJUR**, [S.l.], dez. 2006. ISSN 1981-8386. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cejur/article/view/14838/9959>. Acesso em: 19 abr. 2022.

CANALE, Vitor. **Um movimento em muitas cores: o circuito de relações das torcidas organizadas paulistas entre 1968 e 1988 – Uma história da ATOESP (Associação das Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo)**. Tese

de doutorado - Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

DAMO, Arlei Sander. **Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DIAS, Cleber. Primórdios do futebol em Goiás, 1907-1936. **Revista de História Regional**, v. 18, n. 1, p. 31-61, 2013.

DINIZ, André. **Almanaque do carnaval: A história do carnaval, o que ouvir, o que ler, onde curtir**. Editora Zahar. E-book. 2008.

DUARTE, Vinícius Vidor. **Notícias que vêm da arquibancada: a popularização da torcida do Grêmio FPBA expressa nas páginas do Correio do Povo (1933-1946)**. TCC (Graduação) – Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FENERICK, José Adriano. **Nem do morro, nem da cidade: As transformações do samba e a indústria cultural. 1920 a 1945**. Tese de doutorado. Pós-graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCÍA-MARTÍ, Carlos. Reshaping Spanish Football Identity in the 1940s: From Fury to Tactics. **The International Journal of the History of Sport**, p. 1116-1132, 2016.

GONÇALVES, Renata de Sá. **Os ranchos pedem passagem: O carnaval no Rio de Janeiro do começo do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural, Gerência de Informação, 2007.

GOUNOT, André. Sport or Political Organization? Structures and Characteristics of the Red Sport International, 1921 – 1937. **Journal of Sport History**, Illinois, V. 28, n. 1, p. 23-39, 2001.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque. **O clube como vontade e representação: O jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

_____. A festa competitiva: formação e crise das torcidas organizadas entre 1950 e 1980. In: HOLLANDA, B. B. H., MALAIA, J. M. C.,

TOLEDO, L. H., MELO, V. A., (org.) **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 86-121, 2012.

MARANHÃO, Tiago. “Apolíneos e dionisíacos” - o papel do futebol no pensamento de Gilberto Freyre a respeito do “povo brasileiro”. **Análise Social**, Lisboa, Vol. 41, n. 179, p. 435-450, 2006.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NATHAUS, Klaus. Leisure Clubs and the Decline of the Weimar Republic: A Reassessment. **Journal of Contemporary History**, vol. 45, 2010.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 607-626, set/dez 2016.

NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. A cidade excludente e o clube do povo. **Revista de História**, São Paulo, n. 163, p. 207-242, jul./dez. 2010.

OLIOZI, Ana Carolina Cometti; LOPES, Handerson de Menezes; FERNANDES, Raquel. Ao gosto do freguês: as manifestações afro-brasileiras no Carnaval do Rio de Janeiro no início do século XX como busca de uma modernidade. **Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 41, p. 340-353, maio de 2021.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. Os Anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. **Revista Tempo**, vol. 19, n. 35, p. 97-116, dez. 2013.

_____. A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 63- 2017.

PINHEIRO, Caio Lucas Moraes. **As ondas que (se) movem (n)o mar das torcidas: Das charangas à guinada antifascista na Ultras Resistência Coral (1950-2020)**. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em história, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

PUJADAS, Xavier; SANTACANA, Carles. The popular Olympic Games, Barcelona 1936: Olympians and Antifascists. **International Rev. for Sociology of Sport**. 27/2, p. 139-148, 1992.

ROCHA JÚNIOR, Coriolano Pereira; SANTO, Fernando Reis do Espírito. Futebol em Salvador: o início de uma história (1899-1920). **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 79-95, jul/set de 2011.

SANTOS JÚNIOR, Nei Jorge; e MELO, Victor Andrade. Violentos e desordeiros: representações de dois clubes do subúrbio na imprensa carioca (década de 10). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 27, p. 411-422, jul/set, 2013.

SANTOS JUNIOR, Nei Jorge. Nos pátios e salões: o associativismo nos arrabaldes de Bangu (1895-1929). **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 25, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/14441>. Acesso em: 22 jan. 2023.

SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. **A construção da Nação Canarinho: Uma história institucional da seleção brasileira de futebol, 1914-1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SERAPIGLIA, Daniel. L'uomo nuovo. Sport e corporativismo tra fascismo e cattolicesimo italiano nell'Estado Novo portoghese tra le due guerre. **Hispania Nova**, 17, p. 235-269, 2019.

SILVA, César Marcelo Caramês da. **“Imitando os negrinhos, hein?”: O Departamento de Cooperação e Propaganda do Sport Club Internacional no contexto do Estado Novo (1940-1942)**. Monografia de conclusão de curso – Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SIMAS, Luiz Antônio e FABATO, Fábio. **Pra tudo começar na quinta-feira: o enredo dos enredos**. Rio de Janeiro, Mórula Editorial, 2015.

SIMAS, Luiz Antonio. Dos arredores da Praça XI aos terreiros de Osvaldo Cruz: uma cidade de pequenas Áfricas. **Revista do Programa Avançado de Cultura contemporânea**, 2016.

_____. O desabafo sincopado da cidade: a Estação Primeira de Mangueira como uma instituição política. **Concinnitas**, v. 21, n. 37, p. 44-50, jan. 2020.

SOLIS, Victor Nigro Fernandes. Rio, Ruas e Sambas: a construção do Rio de Janeiro enquanto uma cidade musical. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, 33, p. 246-272, 2021.

SOUZA, Denaldo Alchorne de. **O Brasil entra em campo! Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)**. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. Futebol e Resistência Cultural no Primeiro Governo Vargas (1930-1945). **Lecturas Educación Física y Deportes**. Buenos Aires, v. 131, p. 36, 2009.

SOUZA NETO, Georgino Jorge de. **A invenção do torcer em Belo**

Horizonte: da assistência ao pertencimento clubístico (1904-1930).

Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2010.

STEINBERG, David A. The workers' Sport International 1920-28. **Journal of Contemporary History**, Londres, Vol. 13, p. 233-51, 1978.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

TURANO, Gabriel da Costa. A visualidade das escolas de samba na década de 1930: inovação, transformação e reconfiguração. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 133-142, nov. 2011.

TURANO, Gabriel da Costa; FERREIRA, Felipe. Incômoda vizinhança: a Vizinha Faladeira e a formação das escolas de samba no Rio de Janeiro dos anos 30. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 65-92, nov. 2013.